

O CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO - Um Capítulo na História da Educação Brasileira

Ivani Catarina Arantes Fazenda
Da PUC/SP

A segunda metade da década de sessenta caracterizou-se por um gradativo "calar de vozes" na educação, situação essa que perdurou até o final dos anos setenta. Encontramos nessa época a inexistência de "nichos" onde o educador poderia estar ancorado, já que as entidades de classe haviam sido ou extintas ou vigiadas em suas atuações. Um dos últimos focos da consciência crítica brasileira que sobreviveu foi o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), calado definitivamente em 1972.

Acreditamos que o CRPE de São Paulo não te-

nha sido a única instituição que apesar de usufruir dos benefícios orçamentários de organismos internacionais em seu período de mais alta produtividade, tenha de certa forma preservado sua autonomia, procurando conscientemente não só detectar os principais problemas educacionais do momento, como tentando solucioná-los em parte, seja por seus programas de assistência técnica em educação, seja por seus cursos de aperfeiçoamento do magistério e por suas pesquisas. Entretanto, foi por nós escolhido, como exemplo do que pôde ser feito em prol da educação brasileira nesse

momento, aos moldes de "soluções tupiniquins" e por termos dedicado a ele dez anos de nossa vida profissional (1962-1972).

Historiando para melhor situar nossas observações, o CRPE de São Paulo, atendendo à região compreendida pelos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás, foi criado em 28 de dezembro de 1955 — Decreto nº 38.460 — juntamente com o Centro Brasileiro do Rio de Janeiro e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais com sede em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Surgiu com o propósito de consolidar as atividades no campo da Educação e Ciências Sociais, numa política de pesquisa em âmbito nacional, a partir da idéia de um grupo dos mais destacados educadores brasileiros da época figurando entre eles Anísio Teixeira.

Organizado segundo planos elaborados pelo INEP¹ e aprovados pelo Ministério de Educação, sob regime de financiamento especial de "flexibilidade e independência", incluindo alternativas de funcionamento em regime de convênios com governos locais, entidades públicas ou privadas, o CRPE de São Paulo foi vinculado à Universidade de São Paulo, mediante convênio assinado com o INEP em 22 de maio de 1956, permanecendo até 31 de agosto de 1972 — data que os bens móveis e imóveis do CRPE/SP foram transferidos definitivamente para a Universidade de São Paulo.

Tendo como primeiro diretor o Prof. Fernando de Azevedo e a assessoria de seis representantes, membros eleitos do Curso de Pedagogia da USP, o CRPE/SP iniciou suas atividades em Estudos e Pesquisas Educacionais, Estudos e Pesquisas Sociais, Estatística e a organização de uma Biblioteca especializada em Educação e Ciências Correlatas com 2160 volumes (Kubinsky, 1975).

Em 1957, foi lançado o 1º número da Revista *Pesquisa e Planejamento* e organizada a Divisão de Planejamento do Magistério (DAM), com a finalidade de realizar cursos para professores, diretores, orientadores educacionais e pedagógicos, técnicos e especialistas em educação.

Em 1958 começou a funcionar a Escola de Demonstração do CRPE/SP, com a finalidade de servir de campo de observação prática das atividades desenvolvidas na DAM.

Em 1959/60 foi construído um prédio de alojamento para os alunos vindos de fora, com 108 apartamentos. O Serviço de Estatística foi equipado com um laboratório eletro-mecanizado além de ter sido ampliado o setor de gráfica e de transportes para uso nas pesquisas.

Em 1967 foi criado o Centro de Recursos Áudio-Visuais, para treinamento, produção, intercâmbio e assistência técnica nessa categoria.

Com essa bem organizada infra-estrutura, tornou-se possível o rápido desenvolvimento das atividades de pesquisa, treinamento de professores, distribuição de livros e filmes a bibliotecas e estabelecimentos escolares do Brasil e América Latina.

Embora a promoção de pesquisas no campo da Educação tenha sido o objetivo principal do referido

Centro, as exigências da época vinham a reclamar, cada vez mais, a assistência do Centro no campo de treinamento e aperfeiçoamento do magistério. Uma longa trajetória de cursos, a nível nacional e internacional, congregando especialistas e técnicos de todo Brasil e dos diferentes países da América Latina possibilitou uma riquíssima troca de experiências em todos os aspectos relacionados à educação, o levantamento de problemas e fatores determinantes dos mesmos e sua discussão em vários Simpósios, Conferências e Seminários organizado pelo CRPE/SP².

Diferentes convênios foram assinados, com a UNESCO — cursos de especialistas em educação para a América Latina; com a UNICEF — no aperfeiçoamento do sistema educacional em áreas abrangidas pela SUDAM e SUDECO; com a OEA — cursos de administradores e supervisores para a América Latina, de especialização em recursos áudio-visuais; com o *Centre International de l'Enfance* — para estudo de fatores hereditários e adquiridos que ocasionavam problemas na infância e adolescência; com a Prefeitura Municipal de São Paulo — cursos de treinamento e reciclagem ou com a Secretária da Educação do Estado de São Paulo.

Enquanto esses cursos, pesquisas, conferências, estudos e levantamentos aconteciam, o CRPE/SP através de seu Programa de Assistência Técnica em Educação (PATE) prestava valiosos serviços ao Norte e Nordeste brasileiro, colaborando também em levantamento de dados para o *Anuário Brasileiro de Educação* (até 1969).

Os inúmeros levantamentos e estudos realizados sobre rede escolar, análise de currículos, educação de adultos e excepcionais, problemas de repetência e evasão, nível sócio-econômico e cultural de alunos e professores e muitos outros mais, os cursos realizados pela DAM e os trabalhos do PATE tiveram em comum o *não comprometimento* com ideologias de quaisquer natureza, o comprometimento com o *fazer uma educação para brasileiros*, o compromisso em *respeitar e tentar interpretar a problemática educacional latino-americana*³.

1 O INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), foi criado em 1938 como resposta à uma crescente necessidade de desenvolver estudos e pesquisas que pudessem servir de base à formulação e condução de projetos de ação no domínio da administração pública e do ensino. Ao final dos anos 50 e início dos anos 60, esse organismo tinha uma grande influência na definição da política educacional do país.

2 Uma relação dos cursos, seminários, pesquisas e levantamentos realizados pelo CRPE/SP realizada pela Coordenação de Publicações, Documentação e Informação do referido Centro, encontra-se publicada na revista *Pesquisa e Planejamento* — vol. 16.

3 Sobre esse assunto consultar o trabalho de Arlete Marques da Silva. *Educação — terra de ninguém*. Edições Loyola, 1983 onde a autora revela criticamente os acertos e erros da política governamental nos programas de assistência técnica a nível educacional. Arlete participou dos trabalhos do antigo PATE, tendo portanto oportunidade de observar a improdutividade dos planos de assistência técnica dos convênios MEC/USAID e outros e a eficácia do PATE na busca de soluções brasileiras aos problemas brasileiros.

OS TRABALHOS DO PATE

O PATE⁴ que existiu no período de 1963 a 1968, "*buscava um caminho que pudesse constituir uma colaboração sem ingerência, quer dizer, uma assistência não colonialista*" (Silva, 1983). Para tanto, seus "especialistas – conselheiros", reuniam-se por dois meses em São Paulo, estudando os problemas mais freqüentes apresentados nas regiões em que iriam trabalhar, procurando preservar a intenção primeira, acima mencionada de *uma colaboração sem ingerência*.

Segundo o estudo realizado por Arlete Marques da Silva, o PATE foi a única experiência verdadeiramente autônoma de assistência técnica para a educação realizada no Brasil. Todas as outras, inclusive algumas existentes ainda hoje, são portadoras de velhos vícios de transferência de soluções já encontradas, seja no que se refere aos esquemas intelectuais, metodologias, tecnologia, e mesmo de uma linguagem alienada que persiste em certos manuais de orientação do MEC, das Secretarias de Educação e nas instituições técnicas a que estão ligados.

Ao contrário dos outros programas então desenvolvidos, em que uma equipe central colocava-se disponível para a organização de cursos rápidos para treinamento de alguns técnicos dos centros mais distantes, o PATE enviava uma equipe de ajuda a cada Estado que lá permanecia por 8 a 9 meses. Essa equipe era constituída, em sua maioria, de um pessoal com formação diversificada e que agia diretamente no recinto das escolas públicas, ao lado das administrações de ensino dos Estados, e com a participação dos elementos locais. Por outro lado, a coordenação do PATE, mantinha contato contínuo com essas equipes, através dos relatórios das atividades desenvolvidas, enviando livros e bibliografia específica, bem como, sugestões de soluções encontradas para situações semelhantes.

O sucesso de uma "cooperação sem ingerência" deveu-se, principalmente, a subordinação do PATE à Coordenação Central do Programa e a administração local, segundo apreciação crítica do mesmo, feita ao MEC/INEP em relatório enviado na época (Silva, 1983). Mesmo estando atrelado à ajuda financeira oferecida pelo Estado de São Paulo aos Estados do Norte e Nordeste, procurava-se uma cooperação que possibilitasse a autonomia e emancipação dos sistemas de ensino locais, no esforço sistemático de crítica e adaptação das técnicas às situações reais de trabalho e formação de professores locais, evitando a assistência técnica excessivamente especializada.

O Programa desenvolveu estudos e elaborou projetos para a re-estruturação dos sistemas de ensino; colaborou na reorganização e se colocou à disposição dos serviços de estatística, cadastro, planificação, centros e serviços de orientação e formação de professores. Colaborou, ainda, na elaboração e na revisão do regulamento para o funcionamento de escolas e de instituições para-escolares; nos estudos para a revisão dos programas de escolas primárias e secundárias; nos estudos e com proposições para a regulamentação de funções técnicas e de ensino e na elaboração dos concursos públicos; nos estudos e nas cole-

tas de dados sobre a situação sócio-econômico-educacional dos Estados em vias de elaborar os Planos de Educação; nos estudos e com sugestões de critérios para a repartição de recursos financeiros dos organismos locais, regionais ou internacionais aos projetos educativos; na elaboração dos Planos de Aplicação das pesquisas federais, regionais ou internacionais; na análise e com sugestões para a organização de cartilhas; na programação e elaboração de cursos para professores e especialistas. Participou na elaboração de anteprojeto de atos e outros instrumentos legais para a regulamentação do ensino e atividades de interesse nacional, de estudos para a escolha de áreas prioritárias para construções escolares além de ter dado ajuda aos Conselhos de Educação dos Estados⁵.

A mera enunciação das atividades propostas e desenvolvidas pelo PATE, por si própria, revela a abrangência dos aspectos pesquisados e a intencionalidade de uma descentralização educacional a nível de construção de recursos para a própria subsistência das administrações educacionais locais, mantendo todavia o princípio fundamental da "*não ingerência*". Talvez tenha sido esta a causa principal de sua extinção. . .

Passados dois anos de pesquisa de um modelo de assistência técnica adaptado às condições e necessidades locais, podia-se afirmar que o PATE estava credenciado a ditar as principais coordenadas para o desenvolvimento de uma eficiente política de Assistência Técnica ao Ensino no Brasil. Foi então, que o Programa foi suspenso, coincidindo com a eliminação das atribuições de Pesquisas Educacionais do INEP.

OS TRABALHOS DA DAM

A DAM (Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério) instalou-se em 1957, existindo até 1972, com a realização do último curso patrocinado pelo CRPE/SP – o II Curso de Supervisores e Administradores Escolares para a América Latina, em convênio MEC-INEP/USP/OEA.

Com a DAM, o CRPE/SP, completava sua proposta global de pesquisa e assistência técnica. Ao PATE cabia a tarefa de uma assistência técnica direta, local. À *Divisão de Pesquisas* cabia trabalhar os dados enviados pelo PATE, sistematizando-os, formulando hipóteses e desenvolvendo novos postulados, enquanto o Centro de Recursos Áudio-visuais criava instrumentos facilitadores da ação pedagógica, a DAM realizava a tarefa de treinamento à longa distância (com a realização de cursos nacionais e multinacionais), bem como a imple-

4 Embora considerando a indiscutível relevância dos trabalhos realizados em outros setores do CRPE/SP, nossas observações se restringirão aos três setores onde estivemos mais presente.

5 Compilação realizada por Arlete M. da Silva, a partir de relatórios de atividades desenvolvidas pelo PATE nos anos 65, 66, 67 e 68, em obra já citada.

mentação de novos métodos, novos recursos, e sobretudo de uma nova postura educacional. A DAM também criou e acompanhou os trabalhos da Escola de Demonstração do CRPE/SP⁶.

Os cursos realizados pela DAM, embora estivessem vinculados aos diferentes convênios assumidos UNESCO, UNICEF, OEA, *Centre International de l'Enfance*, Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria da Educação de São Paulo e outros mais preservavam sobretudo o direito à autonomia didática e científica. Assim como o PATE, buscavam uma reflexão crítica sobre os problemas educacionais comuns e particulares dos estados e países participantes, no sentido de dar aos mesmos, requisitos teóricos propiciadores de uma compreensão maior da problemática local, a possibilidade de comparação com outras realidades e reflexão para a ação.

A autonomia era garantida desde a triagem dos bolsistas (ou alunos) para os referidos cursos, pois a escolha dos mesmos, não estava vinculada unicamente à opinião dos dirigentes educacionais do local de origem do candidato — isto poderia favorecer o "protecionismo", ou o "apadrinhamento" na concessão das bolsas — mas um grupo de professores da DAM ia ao local, fazendo uma seleção criteriosa. Nos últimos anos do CRPE, quando as verbas tornaram-se mais escassas, eram enviadas provas, questionários, inventários de vida para preenchimento dos candidatos, e a seleção era feita em São Paulo, mediante a análise desses dados, pela equipe de professores dos cursos.

A autonomia pedagógica e científica era garantida também na escolha do corpo docente, recrutado entre professores da USP, pessoal técnico especializado dos outros setores do CRPE/SP e especialistas de notório saber de outros estados ou de outros países.

A programação dos cursos era sempre feita mediante uma sondagem das necessidades, levantadas nos diferentes estados e países. Nos anos de 65 a 68, as Conferências Internacionais de Instrução Pública, recomendavam a realização e criação de Serviços, Setores ou Equipes especializadas na elaboração, aplicação e avaliação de planos e programas de estudos para melhorar a qualidade do ensino. Por não haver oficialmente funcionando tais setores aqui no Brasil, em nenhum Estado, a DAM montou durante três anos consecutivos, cursos dessa natureza, cuja preocupação era discutir a problemática educacional do momento, propondo soluções alternativas.

Além da já citada autonomia na seleção dos alunos e professores, ou na programação dos cursos, a autonomia maior fazia-se na escolha dos objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação dos referidos cursos. Constituíam-se, no que poderíamos denominar "autonomia responsável", pois, cada grupo de professores e coordenadores, procurava desenvolver seu trabalho segundo o maior empenho e critério, seja na escolha da bibliografia, tradução e adaptação de textos, que nessa época eram em sua maioria de procedência americana ou européia, como na escolha das estratégias e dos objetivos, avaliando e reformulando continuamente o trabalho desenvolvido, e criando um Serviço de Acompanhamento do Aluno pós-curso, para assessorá-lo em suas dificuldades futuras e modificar os novos

cursos em função dos fracassos ou sucessos obtidos⁷.

Assim como o PATE, a DAM também contribuiu para o levantamento de dados estatísticos da situação educacional dos diferentes estados e países a que serviu. No momento de admissão ao curso, o bolsista comprometia-se a trazer ou requerer às administrações educacionais de origem, o material legal, as estatísticas e organogramas locais que além de servirem de base para os estudos então desenvolvidos, passavam a fazer parte do acervo cultural do Setor de Documentação e Publicações do CRPE/SP e puderam ser fonte de inúmeras pesquisas e artigos divulgados pela *Revista Pesquisa e Planejamento*.

Como os demais programas do CRPE, a preocupação maior da DAM era oferecer os requisitos básicos, teóricos ou práticos, para uma atuação educacional *autônoma*, oferecendo condições intelectuais para que os responsáveis pela ação pedagógica pudessem refletir melhor sobre sua problemática podendo enfrentá-la, com maior responsabilidade. Portanto, o conhecimento das implicações e problemas da conjuntura sócio-econômico-política dos diferentes estados e países da América Latina, propiciavam a troca de informações e a busca de soluções para os problemas próprios e alheios. Enfim, iniciava-se com a DAM, um programa de ajuda e assistência recíproca aos que caminhavam com educação na América Latina; e esse caminho foi bruscamente cortado⁸.

A ESCOLA DE DEMONSTRAÇÃO

O único setor do CRPE/SP que ainda permanece vivo, atuante e promissor é a atual Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP (antiga Escola de Demonstração do CRPE/SP). Atende, atualmente, alunos do 1º e 2º graus com uma proposta de *educação tão autêntica e diferenciada* quanto a proposta que serviu-lhe de origem em 1957 sob a orientação da DAM. Permaneceu assim viva, contínua e atuante graças à dedicação de um grupo remanescente de pro-

6 A denominação Escola de Demonstração, foi incorreta e posteriormente modificada para Escola de Aplicação, pois, a proposta dessa Escola sempre foi a de abertura a diferentes caminhos.

7 Os relatórios dos referidos cursos, encontram-se atualmente no arquivo morto do MEC, sob a denominação CRPE/São Paulo — muitos entretanto perderam-se em incêndio. As informações aqui arroladas sobre a DAM são produto de minha participação enquanto professora e/ou coordenadora de cursos no período de 1962-1972. Baseio-me nas lembranças pessoais e nos relatórios que cataloguei.

8 Em 1972, com o término do II Curso de Supervisores e Administradores para América Latina (coordenado pelo Prof. Heládio Antunha), o coordenador e professores do referido curso, organizaram um movimento solicitando ao então diretor da Faculdade de Educação Prof. José Queirino Ribeiro consulta à Congregação da Faculdade sobre a validade da continuidade desses Cursos; e a resposta que nos foi dada era que à Faculdade de Educação não interessava a continuidade desses cursos, por não coadunarem-se com seus objetivos. . .

fessores e orientadores do antigo CRPE/SP que ainda trabalha na escola e luta por sua *autonomia*.

Com a extinção do CRPE/SP e de duas diferentes divisões, a Escola de Demonstração esteve por terminar também. A razão principal pela qual permaneceu e ainda permanece foi a vontade dos pais e professores da Escola em mantê-la, através de movimentos sucessivos junto ao Governo e à Faculdade de Educação da USP, para que não fosse desativada.

O projeto para instauração do 2º grau, apesar de fazer parte do regimento de criação da Escola só conseguiu ser implementado em início de 1985. Produto de uma luta contínua de pais, alunos e professores da Escola, junto à direção da Faculdade de Educação, Congresso, Conselho Universitário e Reitoria, a Escola consegue hoje a adesão de alguns professores da Faculdade de Educação da USP.

A Escola de Aplicação da FEUSP é um capítulo da História da Educação Brasileira iniciado por Laerte Ramos de Carvalho que ainda vem sendo escrito. Marcada por muita luta e algumas vitórias, teve parte de suas conquistas dizimadas, entre elas os famosos Clubes de Ciências, de Línguas e Artes⁹, e a orientação pedagógica intra e inter-áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CRPE/SP, que vinha num crescente de atividades e propostas, reunindo um grupo de pesquisadores e educadores dos mais consideráveis passou a enfrentar vários problemas de ordem técnico-administrativa e financeiro, devido ao encerramento de ajuda material externa (acordo MEC/INEP/USAID, segundo semestre de 1965, para o Serviço de Recursos Áudio-Visuais; acordo UNESCO, 1966) pela redução de verbas do governo, e pela reforma administrativa do MEC (decreto nº 66.967/70) que retirou do INEP a competência de promover e realizar cursos de aperfeiçoamento ou treinamento de professores.

Os cursos planejados anteriormente a esse decreto, em convênio firmado com a OEA e com a UNESCO/UNICEF, puderam ainda ser realizados até o final de 1972. Após esse momento, ou seja, após a transferência total dos bens móveis e imóveis do CRPE à Faculdade de Educação da USP, não houve mais interesse por parte desta em continuar a manter os cursos e os convênios então em vigor.

Alguns professores e pesquisadores do antigo CRPE/SP passaram a integrar o quadro de funcionários da USP, os outros, dispersaram-se para diferentes rincões, restando na memória de muitos a nostálgica lembrança de um momento promissor para a educação no Brasil e América Latina, sumariamente eliminado.

Muitos pais, alunos e professores tiveram o privilégio de passar pela Escola de Demonstração do CRPE/SP, compartilhando de seus acertos e erros, mas unidos sempre por uma vontade de criar, inovar e transformar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRPE (São Paulo) Relatório dos Cursos realizados no período de 1962-1972.
- FAZENDA, I.C.A. *Educação no Brasil dos anos sessenta o pacto do silêncio*. Loyola (no prelo).
- KUBINSKY, Z.P. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste. *Separata da Revista Pesquisa e Planejamento: São Paulo*, v. 16, 1975.
- SILVA, A.M. *Educação — Terra de Ninguém*. São Paulo, Loyola, 1983.

9 Realizados em período complementar ao curricular, sob a orientação dos professores da Escola de Aplicação.